

situação, sabe como eu vivo aí pra me ajudar me dão um *bocado* das coisas que eu vendo aqui (...). (L.G., Masc., 57anos)

Figura 7: Compra e venda de produtos usados



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Esse tipo de negociação já era realizado no Calçadão²⁶ por alguns idosos, que além de utilizar o espaço para práticas de sociabilidade e vivências urbanas, ainda aproveitavam o tempo para trocar e vender produtos usados como forma de complementar a aposentadoria. Com a saída dos trabalhadores de rua do Calçadão, os idosos acompanharam os mesmos para dar continuidade a essas práticas, agora no Capitólio.

(...), venho pra cá, para o Capitólio pra ver se consigo tirar um trocado, e também pra passar o tempo, fiz muita amizade por aqui (...) pra você ver até um tempo atrás eu frequentava ali no Calçadão, eu e esses idosos que você tá vendo aqui (...), mas quando os camelôs saíram de lá aí a gente acompanhou, porque a maioria que está aqui não ia pra lá apenas pra ficar jogando conversa fora, ia também pra negociar, vender e trocar produto usado (...) mas também tem muito idoso no Calçadão que vai só pra ficar conversando eu mesmo trago e levo um idoso todo dia pra lá no meu carro e ele me dá uma coisinha (...), *como eu lhe falei um bocado aqui é tudo aposentado, fica em casa sem fazer nada, aí aproveita esse tempo pra conseguir um por fora*, porque dinheiro de aposentaria não dá em nada se não tiver pelo menos um besteirinha a mais, quando chega no fim do mês a gente fica sem nenhuma prata para colocar no bolso. (L.S.M., Masc., 62 anos, grifos nossos)

Percebemos com isso que o trabalho de rua, aciona redes variadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também como forma de sociabilidade, vivências, errâncias, cabe então esclarecer quem são esses trabalhadores de rua?

²⁶ Cf.: Pesquisa PIBIC (Cota 2011-2012)

2.2.2 Perfil dos trabalhadores de rua do Capitólio

Nesta seção iremos identificar, a partir de nossa opção metodológica anteriormente apontada, os trabalhadores por dois grupos no sentido de facilitar a compreensão quando das análises. Uma vez que, percebemos a existência de pequenas distinções em relação ao período de ocupação deste espaço.

Assim chamaremos de Grupo 1, os primeiros a se apropriarem do Capitólio e Grupo 2 os mais recentes, com isso pretendemos traçar o perfil dos trabalhadores de rua do Capitólio, em seguida pontuaremos os aspectos mais gerais, uma vez que, consideramos os trabalhadores como pertencentes a uma mesma categoria, na medida em que, passam pelos mesmos processos de não direito ao trabalho, de precarização, de disputas pelos espaços da cidade, de conflitos com os fiscais da PMCG, discriminação por parte da sociedade campinense, entre outros tantos.

Retomando um pouco das análises, para construir o perfil dos sujeitos da pesquisa, percebemos que o Grupo 1 corresponde aos antigos trabalhadores de rua do Calçadão.

Observamos que esses trabalhadores, por estarem juntos há mais de 12 anos, possuem uma longa história de luta construída a partir de táticas cotidianas, de tal forma que pode ser considerado o grupo mais coeso em termos de perfil do trabalho de rua, visto que, todo este grupo possui cadastro junto a PMCG e respectivamente, em um dos sindicatos que ora os representa²⁷.

(...) o pessoal do sindicato que nós faz parte entendeu ta já mandou um relação pra mim vindo da prefeitura pra pega o nome do pessoal que era camelô do calçadão que hoje ta aqui [no Capitólio] já passou pra mim e eu já passei de volta pra eles. (G.G.S., Masc., 33anos, sic, grifos nossos, Representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio).

Cabe destacar que o grupo 1 é o único do Capitólio que tem uma representação de liderança, este é o primeiro passo para o direcionamento político desses trabalhadores de rua, e sua luta pelo direito à cidade, embora não possamos afirmar a existência de uma organização entre os mesmos, a resistência urbana empreendida pelos trabalhadores de rua representa uma articulação de forças para uma categoria tão precarizada.

(...) a visão da gente de vir pra cá, *num* [sic] foi nem pra ficar mais na frente ou mais atrás, ta entendendo? Já foi uma pessoa que me deu uma orientação, (...) *como eu represento o pessoal todinho daqui*, a gente resolveu se estabelecer na calçada aqui ao lado do Capitólio. (G.G.S., Masc., 33anos, sic, grifos nossos, Representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio).

²⁷ A esse respeito Cf.: Seção 2.4

Outro aspecto que nos chamou atenção por parte desses trabalhadores, diz respeito a dinâmica espacial, uma vez que estes costumam desenvolver suas atividades de maneira fixa e constante com a utilização de tendas, barracas, bancas (Cf.: figura 8)

Figura 8: Dinâmica espacial dos primeiros ocupantes

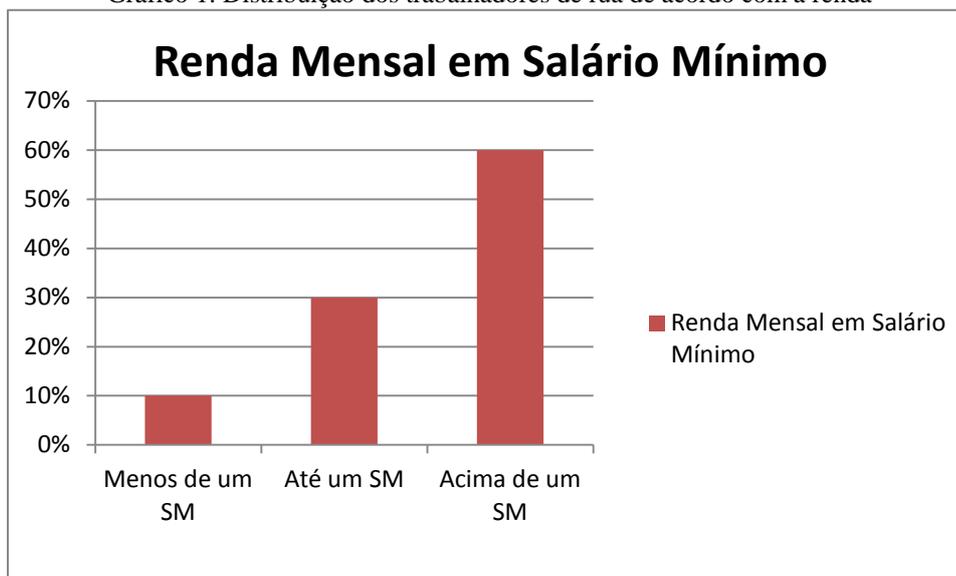


Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Em termos de jornada de trabalho avaliamos que, o Grupo 1 possui um trabalho mais intenso chegando a passar entre 8 a 10 horas diárias no espaço, isto quer dizer, que sua sobrevivência depende diretamente e exclusivamente do trabalho realizado na rua.

Esse aspecto determina, pois uma situação de ganhos e lucros diferenciada, uma vez que a exclusividade no trabalho de rua lhes proporciona um rendimento melhor sendo os únicos a faturar mais de um salário mínimo por mês. (Cf.:Gráfico 1)

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhadores de rua de acordo com a renda



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Analisando o gráfico acima percebemos que o Grupo 2 (que corresponde aos 40%), possuem ganhos mais modestos, tendo em vista que, para estes o trabalho de rua representa uma complementação salarial, de modo que, sua sobrevivência não depende apenas do trabalho realizado na rua, diferentemente da análise acima.

Isso aqui que eu faço é só um complemento, eu ganho mesmo do que eu tiro do sítio (...) eu tenho uma plantaçãozinha de batata doce, batata inglesa e feijão (...), fora isso só uma criação de ovelha e cabra, mesmo. (L.C.M, Masc., 62 anos)

Às vezes trabalho de segurança a noite, principalmente nas épocas que têm festas (...) quando eles precisam me chamam(...), eles já me conhecem do tempo que eu era segurança. (N.G.S., Masc., 43 anos).

Neste sentido, a jornada de trabalho do Grupo 2 corresponde apenas a um único período do dia, geralmente na parte da manhã, alguns inclusive comercializam de forma esporádica no Capitólio.

Além disso, cabe salientar, que o Grupo 2 tem uma dinâmica própria, pois se encontram em constante movimento, isto é, possuem uma alta mobilidade na medida em que também comercializam em trânsito pelas vias públicas da cidade.

Antes de vir pra cá eu passava o dia na Rua João Pessoa vendendo cocada (...) ainda hoje vendo, [cocada na rua João Pessoa], mas só no horário da tarde, pela manhã eu fico aqui vendendo esses dvd's (...) (C.S., Masc., 26 anos).

Outra particularidade desse grupo 2 envolve a forma de negociação, por uma maneira particular de abordar o cliente, tendo em vista, que estes trabalhadores costumam transportar

seus produtos no corpo ou mesmo expondo na calçada da praça Clementino Procópio, (Cf.: figura 9) chamando aos “gritos e berros” aqueles que passam pelo local.

Figura 9: Comercialização de produtos expostos no corpo e na calçada do Capitólio



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Cabe lembrar (como já foi sinalizado) que o percurso desse Grupo 2 até o Capitólio, está relacionado com o processo de higienização, de algumas ruas centrais como Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto e João Pessoa, de modo que a diversidade de lugares e ausência de encontros diários entre estes, tende a tornar mais difíceis as práticas voltadas ao coletivo. De tal maneira que nenhum deste se encontram vinculado a qualquer sindicato e não possuem cadastro junto a PMCG.

Tabela 1: Síntese dos traços específicos dos trabalhadores de rua do Capitólio

Aspectos Específicos	
Primeiros ocupantes	“Novos ocupantes”
Cadastrados na PMCG e SINCOV	—
Representação de liderança	—
Fixos e constantes	Alta Mobilidade
Jornada de trabalho: 8 à 10 hs	Jornada de trabalho: 4 à 5 hs ou esporádico
Trabalho na rua: sobrevivência	Trabalho na rua: complemento salarial
Renda: Acima 1 SM	Renda: Entre 1 SM ou abaixo de 1 SM

Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Porém apesar disso, não eliminamos a luta pelo direito à cidade, pois o próprio trabalho de rua e suas expressões já sinalizam para uma reivindicação pelo direito ao espaço.

Feito essas considerações vamos analisar os aspectos gerais.

Observamos o predomínio de uma presença masculina neste espaço, uma vez que, praticamente todos os sujeitos entrevistados sinalizaram a inexistência de mulheres naquele local. Cabe observar, portanto, que, os trabalhadores de rua em sua maioria são do sexo masculino, com a presença de uma única mulher²⁸ que comercializa seus produtos em meio aos homens (Cf.: Figura 10). Entretanto, observamos a existência de inúmeras mulheres não permanentes naquele espaço que, de forma esporádica, comercializam a venda de comidas, cafés e refrescos para os próprios trabalhadores do Capitólio.

Figura10: Espaço masculinizado do Capitólio



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Tal fato relaciona-se com características culturais decorrentes de uma herança machista, sendo inclusive um resquício do antigo espaço ocupado, “o Calçadão”, de tal modo que as mulheres que frequentavam o local também não eram bem vindas, sendo por isso, estigmatizadas como “mulheres de má fama” enunciado verbalmente pelos que ali estão.

O próprio espaço da rua, que neste contexto transforma-se em ambiente de trabalho, é marcado por tensões, conflitos e contradições, o que denota a forma como a rua é construída historicamente no Brasil sob o signo da hostilidade²⁹.

²⁸Tentamos entrevistar a mesma, mas esta se recusou a falar, portanto, os entrevistados foram apenas do sexo masculino.

²⁹ Cf.: LEITÃO, 2009.

Tendo em vista este aspecto hostil das ruas, ressaltamos para as dificuldades dos trabalhadores de rua em permanecer no lugar ocupado, na medida em que, os mesmos necessitam enfrentar diariamente os riscos que envolvem a labuta do trabalho na rua, dentre os quais: a insegurança, o receio de serem expulsos, as péssimas condições de trabalho, os conflitos constantes com os fiscais da PMCG, a exposição à violência e roubo em meio ao espaço da rua.

Conforme DaMatta (1997) na rua à brasileira predomina o individualismo, de tal modo, que não nos reconhecemos como iguais, mas, ao contrário, cultivamos sentimentos de desprezo, discriminação e até violência, por aqueles grupos que são vistos como diferentes.

(...) a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas como indigentes e tomadas pelo que não são. Nada pior para cada um de nós do que ser tratado como "gente comum", como "zé-povinho sem eira nem beira" (DAMATTA, 1997, p. 42).

Esses elementos, acima destacados por DaMatta, se aplica às práticas do comércio de rua, pois, envolve a discriminação cotidiana sofrida pelos trabalhadores de rua na medida em que falta por parte do Poder Público e da sociedade campinense um reconhecimento destes personagens como pertencentes à condição de trabalhadores ; em oposição à visão higienista deste como arruaceiros, baderneiros e vagabundos:

Aqui problema tem um bocado, mas o pior mesmo que eu acho é a discriminação que a gente sofre por ser camelô (...), é muito duro isso, a gente é visto aqui como bandido, como gente que não presta (...), e isso pra mim é o pior. (J.P., Masc., 40 anos).

Diante dessas colocações avaliamos que os trabalhadores de rua do Capitólio são em geral trabalhadores precarizados, no que se refere às condições de trabalho a partir das alterações no mercado de trabalho com o crescimento da informalidade, de formas flexíveis de contratação, e do aumento do desemprego, e das condições de vida a partir da inoperância do Estado em atender os direitos sociais mais básicos como o direito à saúde, educação, moradia digna, entre outros tantos, refletindo na falta do “direito à cidade”.

Neste sentido percebemos que os trabalhadores de rua não foram incorporados ao mercado de trabalho, dentre outros, destacamos: aumento crescente do desemprego que só em 2013 teve uma taxa média a nível nacional de 7,1%, sendo este o maior percentual registrado no Nordeste com uma taxa de 9,5% do referido ano³⁰. (IBGE, 2013).

³⁰ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE.

Percebemos, pois que a ausência de postos de trabalho obriga muitos trabalhadores a encontrarem diferentes formas de sobreviverem nas cidades, inclusive com as tramas do trabalho de rua materializadas nas atividades dos trabalhadores de rua:

A questão do desemprego, né? O emprego tá difícil pra todo mundo, mas pra quem não tem capacitação se torna pior ainda, não tem jeito não *a gente precisa recorrer de todas as formas possíveis para sobreviver!* (E.P.L., Masc., 32 anos, grifos de autoria).

Eu comecei a trabalhar com minha avó na feira com 8 anos de idade, vendendo verduras, depois fui vender didin lá pelos meus 15 anos, já fiz frete como carroceiro, trabalhei também como servente de pedreiro e com carroça de burro, hoje sou ambulante. (A.M., Masc., 22 anos)

Antes de vir pra cá eu passava o dia na Rua João Pessoa vendendo cocada (...) ainda hoje vendo, mas só no horário da tarde pela manhã eu fico aqui vendendo esses dvd's (...), também já fui entregador em uma padaria, trabalhei dentro da alpargatas de carteira assinada, mas lá não pagava bem, era sempre atrasado (...). Fazem quatro anos que moro em Campina e vim pra cá atrás de emprego, se aqui o emprego é ruim lá é pior, quando eu morava em Areia estava sempre atrás de emprego, eu ia muito para Alagoa Grande tentar vender uns dvd's por lá, fiz amizade por lá, e um conhecido arrumou um emprego pra mim na empresa dele, mas depois que fechou tive que ir novamente atrás de emprego e *foi o que deu certo pra mim, ser ambulante.* (C.S, Masc, 26 anos, grifos nossos)

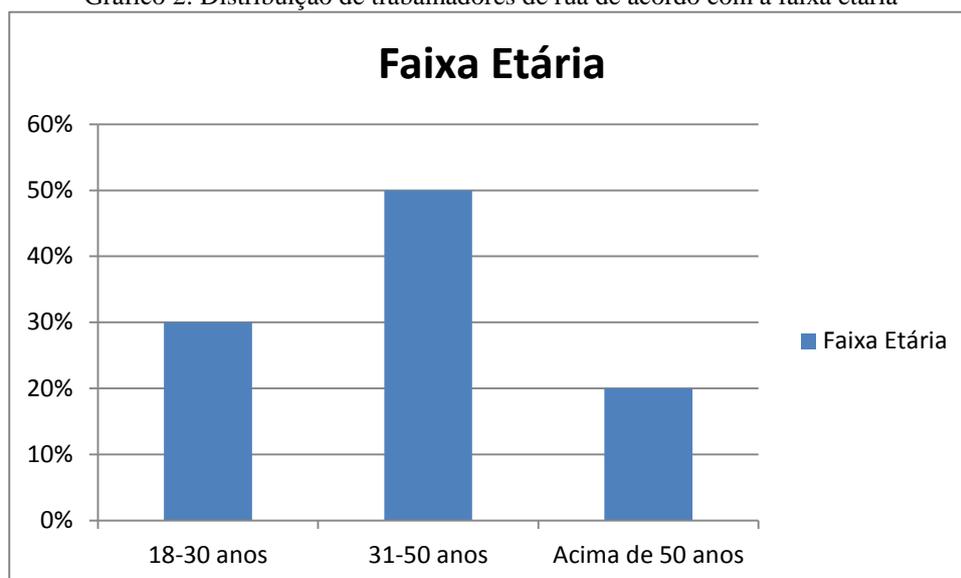
É interessante observarmos que, a precarização não é uma novidade na vida dos trabalhadores de rua, uma vez que estes já passaram por todo um ciclo de não acesso ao trabalho digno e decente, bandeira esta levantada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tem por objetivo promover oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade, com respeito aos direitos no trabalho e proteção social.

Realidade diversa das práticas do trabalho na rua, na medida em que a informalidade aparece neste contexto como a única alternativa possível de sobrevivência, tendo em vista, que na maioria dos casos, os mesmos já passaram por vários outros tipos de trabalho.

(...) com 10 anos trabalhei com obras (...), limpando mato. Trabalhei também numa firma no Rio de Janeiro com 22 anos, lá não deu certo e voltei pra Campina (...), depois trabalhei de segurança em casa de show, voltei para o Rio de Janeiro e trabalhei com material de construção (...). Depois de um tempo um pessoal conhecido arrumou pra eu vir pra Campina de novo trabalhar numa loja lá na rua João Pessoa, era uma loja de material de construção e ferragens, lá vendia tudo, só sai porque fechou, trabalhei lá durante um ano e dois meses. Fiquei desempregado e procurei emprego no Targino, na Asa onde era a São Braz e na Cotaminas, não consegui e fiquei nisso aqui vendendo (...). Meu tio tinha uma banca na feira aí vi que tinha futuro, aí tô até hoje. (N.G.S, Masc., 43 anos).

Sob tal perspectiva cabe chamar a atenção que a inserção neste tipo de trabalho se dá de forma tardia considerando as inúmeras tentativas sem sucesso no mercado de trabalho, desse modo constatamos que 50% possuem entre 31-50 anos de idade (cf.: Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição de trabalhadores de rua de acordo com a faixa etária



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Neste sentido a falta de oportunidades para aqueles que já possuem uma idade mais avançada para as atividades laborativas aparece, portanto, como um motivo recorrente para o afastamento do mercado formal de trabalho.

Não tive opção (...) ou trabalhava ou (...) o desemprego está muito grande (...) eu levava produtos pra feira (...) mas com o problema da idade (...) eles não aceitam com idade (...), a idade *veia* (sic) avançada, *né?* Eles não aceitam (L.G., Masc., 57 anos)

Meu primeiro emprego eu tinha 17 anos trabalhava entregando pão, numa padaria bem conhecida daqui, que eu não me recordo o nome agora (...), quando tinha 23 anos fui pra São Paulo e trabalhei como serviços gerais, mas não deu certo e voltei pra Campina Grande comecei no táxi clandestino, mas como não tinha como comprovar eu tive que entrar com aposentadoria como agricultor, porque a casinha que eu nasci lá no sítio em Montadas ficou pra mim de herança, aí procurei me filiar a sindicato de agricultor só que não tem muito tempo, mas você sabe como é essas coisas, já tá dando *muído*. (L.C.M., Masc., 62 anos).

Podemos também considerar outra questão que se refere à falta de um direito básico, a *educação*, uma vez que, muitos desses trabalhadores não tiveram oportunidade de estudo, por terem que escolher entre estudar ou trabalhar:

Eu estudo para aprender mais, para aprender a ler que estou aprendendo agora (...), quando eu era menino faltava muita aula pra ir trabalhar, porque já trabalhava com dez anos de idade. Estudo a noite no Centenário na escola normal (...). Eu acho que o estudo é muito importante, no meu trabalho mesmo porque é uma forma de não ser passado pra trás. (N.G.S., Masc., 43 anos)

Tenho vontade de voltar a estudar (...) eu leio e escrevo, mas é pouco (...) quando me aposentar quero continuar de onde parei, tô velho, mas acho que vai ser bom pra

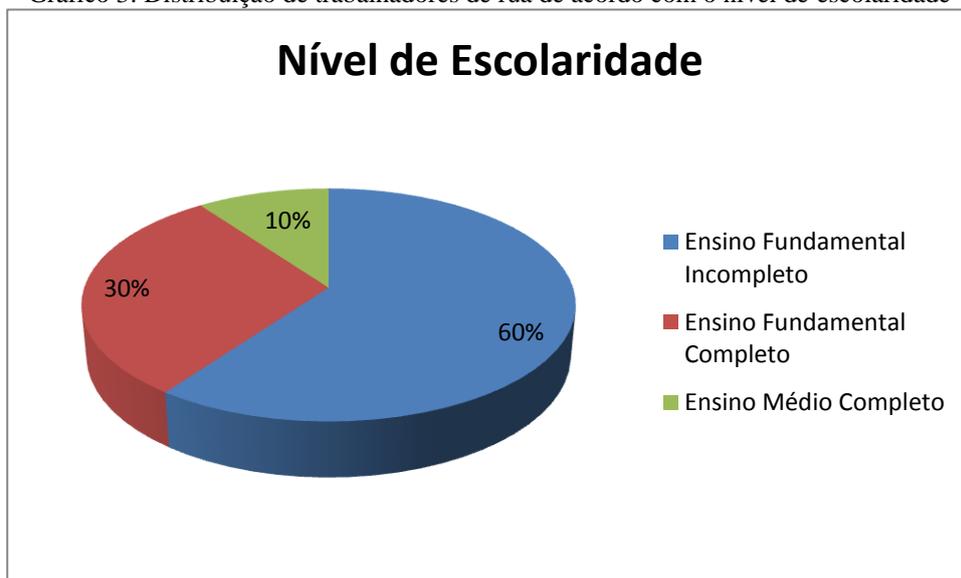
mim (...), pensei até em me inscrever nesses grupos de idosos, mas por enquanto não! (L.S.M., Masc., 62 anos)

De acordo com as falas acima, os trabalhadores reconhecem a importância da educação, mais precisamente da qualificação como processo de estudo, alguns inclusive manifestaram o desejo de voltar a estudar, conforme discurso abaixo:

Sim eu gostaria de voltar a estudar, terminar os estudos e vê se passo no vestibular meu sonho é fazer direito ou mesmo geografia (...) mas eu sei que é um sonho muito distante porque eu trabalhando aqui fica difícil, tenho muita vontade mesmo de estudar (...) mas é aquela ou o caba trabalha para sobreviver ou corre atrás do sonho. (C.S., Masc., 26 anos)

Paralelo a isso observamos que 90% dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental, (Cf.: gráfico 3), isso revela um dado preocupante e o descaso do poder público com a educação de crianças e adolescentes, que são expostas a situações de precariedade desde a fase inicial da vida, por conseguinte cabe refletirmos sobre a questão de como será a futura inserção desses jovens no mercado de trabalho?

Gráfico 3: Distribuição de trabalhadores de rua de acordo com o nível de escolaridade



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Os dados apresentados mostram o reflexo de um quadro crítico, de inoperância do Estado em atender os direitos sociais mais básicos dessa população. Desse modo, os governantes que deveriam responder a estas problemáticas com políticas sociais, agem na base de uma política de controle e repressão em que se pretende camuflar as contradições urbanas/sociais através da higienização social, como aconteceu no Calçadão. O mesmo poderá ocorrer caso as lutas e reivindicações dos mesmos não forem atendidas em torno de um local

adequado de trabalho. Porém cabe destacar que processos de higienizações ocorrem em Campina Grande desde 1990, mas nunca sem resistências.

2.3 Processos de resistência urbana: contrausos e ilegalismos urbanos

Percebemos que, apesar da visão negativa construída sobre a figura dos trabalhadores de rua, estes ainda assim, consegue produzir no espaço da cidade práticas de burla e resistência urbana, como forma de opor-se ao discurso oficialmente estabelecido.

Vim pra rua porque o ponto é caro para estar formalizado, tem que pagar imposto aí eu sempre quis ser comerciante, como eu não tinha condições financeiras de abrir um negócio vim trabalhar na rua (...), pelo menos to ganhando o meu. (A.P.S., Masc., 45 anos)

Aqui também ninguém tá fazendo nada de errado, somos todos pais de família que busca honestamente sustentar nossas famílias (...), temos sim é que lutar por este pedaço da cidade, porque se fosse uma empresa grande tenho certeza que iam dar um jeitinho, mas só porque é para trabalhador a conversa é na base da negação e até mesmo na violência. (J.P., Masc., 40 anos)

Neste contexto, a ocupação do Capitólio pelos trabalhadores de rua produziu uma dinâmica diferenciada em um espaço que estava esquecido e abandonado pelo poder público, trazendo uma característica importante, a *redefinição do uso da Praça Clementino Procópio*. Neste sentido, a comercialização neste espaço insere outra visibilidade à precarização³¹ do trabalho na cidade. Por outro lado, também remete a uma questão social relacionada à percepção, por parte dos usuários deste espaço, do significado adquirido até então pela prática de pequenos furtos e usos de drogas que o referido espaço ora proporciona.

Vim trabalhar aqui porque a gente foi expulso do Calçadão, aí foi o melhor local que a gente conseguiu encontrar (...), aqui também não tinha nada, só os meninos usando drogas mesmo e muito assalto (...), quando a gente veio pra cá até deu uma diminuída, por isso ninguém pode reclamar de nada, um canto que tava aí abandonado, esquecido, só tinha o que não presta, a gente veio melhorou as coisas e procurou não atrapalhar ninguém (...). (J.P., Masc. 40 anos, grifos nossos)

O pessoal vê a gente como se fosse bandido, é um olhar diferente, (...) aqui a gente tá valorizando a praça, diminuiu os roubos, melhorou até para essa galeria aí que era bem parada (...), pode ver que o movimento de pessoas por aqui está outra coisa. (A.M., Masc., 22 anos, grifos nossos)

Para esses trabalhadores o espaço da rua representa toda uma série de ausências, de riscos e incertezas, próprias da negligência do Estado. Consequentemente, para eles a apropriação se justificaria como forma de reverter esse quadro transformando a rua como

³¹ Isto porque os trabalhadores de rua, através de suas práticas tentam desconstruir a visão negativa, associada as suas atividades, inclusive argumentando para as possíveis melhorias do local depois da apropriação.

campo de sobrevivência e oportunidade de trabalho, mesmo que de forma precária. Percebemos com isso, a utilização de uma tática como forma de legitimar o trabalho de rua!

Aqui no espaço da rua a gente tá sujeito a tudo, era pra ter um lugar pra comercializar, por que não? Se não tem emprego pra todo mundo era pra ser obrigação desses governantes arrumar um lugar pra gente pelo menos comercializar (...), sei lá abrir um grande Shopping, porque aqui não tem lugar certo para trabalhar(...) impedir de trabalhar também é muito errado, ninguém tá aqui roubando e nem fazendo nada contra lei, mesmo assim o povo vê a gente como marginal, e isso eu acho muito errado porque a gente aqui tem direito como qualquer um, não é porque a gente é ambulante que somos menos que ninguém. (N.G.S. Masc., 43 anos, grifos nossos)

Dessa maneira, entendemos que os trabalhadores de rua ao se apropriarem do Capitólio realizam sobre o mesmo, práticas de contrausos (Certeau 1994,1996) isto é, a reversão do uso esperado do espaço em benefício próprio, conferidas através das táticas, chamada por Certeau (1994) como a “arte do fraco”, de tal forma que este autor diferencia os termos estratégia e tática, às quais:

(...) as estratégias são, portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistema e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem(...). As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo- às circunstâncias que é um instante preciso de uma intervenção transformam em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe” aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. (idem, p. 102)

Logo, o que são os trabalhadores de rua senão *artistas urbanos!*(Cf.: Figura 11). Artistas porque desenvolvem táticas diárias como formas de resistências (CARVALHO & CAVALCANTE, 2013, p.5)

Figura 11: Artistas urbanos do Capitólio



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Os contrausos envolvem, portanto, burlas, astúcias e artimanhas, reeditando aos seus moldes uma outra legalidade, visto que para permanecerem no espaço ocupado necessitam lidar com conflitos constantes, principalmente, com os fiscais da PMCG.

Ah, aqui tem tanto problema que se eu for dizer a gente passa o dia todo, mas pra você ver: eles não deixam a gente trabalhar, a Prefeitura deveria olhar os *verdadeiros problemas da cidade como o roubo, o uso de drogas*, coisa é que não falta pra se fazer numa cidade, aí em vez deles nos ajudar fica criando coisa pra piorar a nossa vida, com perseguição besta (...). Eu já fui até ameaçado pelos Fiscais da Prefeitura, eles queriam pegar minhas cocadas, mas eu disse que não foi nada roubado pra eles tomarem. (C.S., Masc., 26 anos)

Como eu já lhe falei *aqui era pra ter um local certo pra gente*, fiscal tem que ter mesmo pra não virar bagunça, mas tem que saber trabalhar, *tratar ambulante como gente e não como lixo que precisa ser removido da rua* (...). Essa semana mesmo eu vi quando quatro policiais a paisana bateram em dois ambulantes que passavam numa bicicleta vendendo lanche (...). Eles bateram e levaram no carro da Polícia. (N.G.S., Masc., 43 anos)

Cabe reforçar, que apesar desses conflitos e disputas serem frequentes na sociedade campinense, desde pelo menos os anos de 1980 (ARAÚJO & SOUSA, 2012), o comércio de rua não surge contemporaneamente, seu surgimento no Brasil deu-se com o escravismo onde as escravas conhecidas como “negras de tabuleiro” vendia seus produtos como forma de comprar sua liberdade (JORDÃO, 2012).

Sob esta perspectiva, o trabalho de rua não é apenas conjuntural, mas, sobretudo histórico, porém o atual contexto de redefinição do capital, a partir dos anos de 1990 provocou uma extensão e maior complexificação do comércio de rua, de tal forma que exigiu por parte dos trabalhadores de rua a prática de novas articulações como forma de resistência urbana, este “novo” aspecto é chamado por Telles (2009) de ilegalismos urbanos, que pode ser entendido como, as várias formas de transgressão cometidas por pessoas comuns, que não vêm nenhuma razão ética ou moral para deixar de fazê-lo, como forma de complementar a renda da família.

O fato é que hoje, a vida social parece atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o comércio de bens ilegais e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados), com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e nas práticas urbanas (...). Trata-se de um jogo situado de escalas que se superpõem e se entrelaçam nas "mobilidades laterais", para avançar uma discussão a ser feita nas páginas seguintes desse personagem urbano, cada vez mais comum em nossas cidades, que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme. (TELLES, 2009, p. 156)

Esses trabalhos incertos realizados de acordo com as oportunidades tendem a destruir as distinções entre tempo do trabalho e tempo do não trabalho, entre emprego e desemprego (TELLES, 2006). Os ilegalismos urbanos se referem, neste entender, a circulação ou transição de bens, pessoas, objetos e riquezas pelas fronteiras nebulosas e permeáveis do trabalho dito formal/informal, das práticas legais/ilegais, lícitas/ilícitas.

Essas coisas aqui [os CDs e DVDs] a gente compra na feira central (...) *quem vende lá é tudo ambulante como nós*, só que a diferença é que ele vende em grosso (...), pode olhar se os outros também num compra desse jeito(...), ele *pega com um grandão* e sai repassando pra nós. (C.S, Masc, 26 anos, grifos de nossos)

Pego meus produtos no japonês³² [comércio formal] que tem mais preço (...), se comprar muito eles [os japoneses] dá preço para nós, *não pego com ambulante porque não sei de onde vem, aí prefiro comprar lá mesmo* [nos japoneses] (...), mas também não é toda loja que dá nota fiscal não (...), às vezes eu acho que eles compram por debaixo dos panos também, mas não quero nem saber quando vou viajar faço questão de pegar a nota. (N.G.S., Masc., 43 anos, grifos nossos)

Conforme o discurso acima, percebemos que essa permeabilidade das fronteiras, aciona escalas de redes variadas, que envolve desde a pequena transgressão na venda de CDs e DVDs piratas, até um circuito mais organizado de fornecimento desses produtos.

³² Cabe pontuar esse tipo de comércio, praticado por imigrantes japoneses, tem se acentuado pela cidade de Campina Grande nos últimos anos, a presença maciça dos asiáticos tanto no comércio formal e informal.

Esses grandes fornecedores de produtos piratas, no qual são desconhecidos os circuitos, costumam utilizar de pessoas comuns como engrenagens para movimentar diversos esquemas fraudulentos que passam pela transgressão da lei e da ordem, como é o caso dos mulas, que funcionam como formiguinhas para transportar produtos ilegais.

(...) isso é o que eu me lembro agora. Nesse mundo eu já fui muita coisa, nesse meio tempo, já viajei pelo mundo afora atrás de procurar ter uma condição de vida melhor, pra você ver *até para o Paraguai e Argentina eu já fui (...) lá trabalhei como mula transportando mercadorias. De tudo eu já fiz um pouco!* (P.A.S, Masc., 39 anos, grifos nossos)

Um aspecto bastante peculiar do circuito da economia urbana encontrado no Capitólio diz respeito as negociações de trabalhadores de rua com os próprios cidadãos campinenses estes na falta de dinheiro vão até as lojas do comércio formal em busca de promoções de eletrônicos (como celulares por exemplo), que são divididos em pequenas parcelas e (re)vendidos aos trabalhadores de rua a um preço reduzido em troca de dinheiro vivo.

O povo compra nas lojas e vem vender aqui (...) eles compram caro dividem em 12 vezes e vendem mais barato só pra pegar no dinheiro a vista (...), eles saem perdendo, mas não ligam porque dividem e pagam pouco por mês e só querem é saber do dinheiro, mesmo perdendo no final das contas. (P.A.S, Masc, 39 anos)

A maioria desses produtos que a gente adquirir, né? Com pessoas que compra mercadoria na loja (...) no cartão, *que pega em dinheiro fácil e vende a nós tá entendendo? Tem pessoas que também que traz seu celular velho às vezes que pega algum em celular trocado e vende a nós, têm pessoas que também quer um celular mais novo e traz seu velho e troca mais nós e nada disso as lojas fazem, entendesse?* (G.G.S., Masc., 33anos, Representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio, grifos de nossos)

Eu compro aqui mesmo (...) *eu compro do povo que vem aqui vender (...)* eu compro, troco (...) negocio de todo jeito. (A.P.S, Masc., 45 anos, grifos de nossos)

Além é claro dos produtos sem procedência, oriundo de roubos e assaltos, porém esses são aspectos nebulosos e imprecisos nas falas dos entrevistados³³ que não deixam com clareza, a prática dessas atividades. Então podemos percebê-la como uma burla e tática em desviar ou ocultar o circuito que está por traz da compra e vende dos produtos.

Telles (2009) ainda chama atenção para o fato de que apesar dessas fronteiras serem porosas, o transitar por elas é um processo complexo, pois envolve perigos e aderência aos códigos de conduta dessas redes que costumam ser repressores e até violentos. Dessa maneira, a permanência no comércio de rua requer lidar com os agentes da lei e da ordem (fiscais da

³³ Como observamos no discurso acima, pois o entrevistado não deixa claro qual o circuito se encontra sua mercadoria!

PMCG, policiais, máquina política, entre outros), assim como das ilicitudes, que por força de extorsão criam um mercado de proteção.

(...) trabalhei de vigilante por três anos, depois como fiscal dos garis no tempo de Veneziano por dois anos. Pulei desse emprego e fui trabalhar com a questão da poluição sonora e *ao mesmo tempo já comecei como camelô lá no Calçadão vendendo celular na mão (...), eu trabalhava com os mesmos fiscais que fiscalizavam nós durante o dia (...), eu estive dos dois lados (...). Quando tinha fiscalização eu nem ia porque o Ministério Público enviava um ofício e eu já sabia que ia ter batida e avisava os outros que iam e tiravam as coisas (...). Os próprios fiscais que eu trabalhava me avisava e eu já sabia.* (J.P., Masc., 40 anos, grifos nossos)

No caso dos trabalhadores do Capitólio, esse mercado de proteção funcionava também como uma espécie de redes construídas pelas relações de sociabilidade e amizade, desde a época do Calçadão, este foi um fator determinante para o acionamento em torno da luta pelo direito à cidade, conforme melhor situaremos mais adiante.

2.4 A luta pelo direito à cidade pelos trabalhadores de rua do Capitólio

Não se tinha a pretensão de analisar o perfil organizatório dos trabalhadores de rua em suas associações ou sindicatos, porém à medida que a pesquisa prosseguia constatou-se através das inúmeras falas e dos discursos apresentados essa questão.

A organização política dos trabalhadores de rua de Campina Grande, iniciou-se a partir da fundação do Sindicato³⁴ dos Comerciantes Ambulantes e Praxistas de Campina Grande (SINVEPA) que foi criado por trabalhadores do comércio de rua da época³⁵, com intuito de defesa dos interesses da categoria.

(...) as pessoas da época era os camelôs que trabalhavam na rua como Silvino Bezerra, Busco, *Nanau*, Marco Porto, pessoas da época (...) há uns vinte anos atrás, fundaram o SINVEPA sem ter conhecimento que o SINCOV já existia (...), então quando o SINVEPA foi criado foi justamente nesse intuito (...) foi criado sem ter conhecimento que já existia um sindicato legal, o SINVEPA era meio que na ilegalidade, *mas era com o propósito de buscar força, buscar direitos para os trabalhadores da época.* (Representante do SINCOV)

³⁴ Durante a pesquisa do PIBIC tentamos nos articular com outro Sindicato que se dizia representante dos trabalhadores de rua, porém constatamos que a pessoa que presidia, possui um pequeno ponto localizado na Rua João Pessoa, além de três lanchonetes distribuídas pelo centro da cidade, comercializando o mesmo produto. Neste sentido, percebemos a tentativa de ocultação das fronteiras entre a informalidade e a formalidade, de tal maneira, que não conseguimos efetuar a entrevista. Isto ainda revela um conflito em relação à diversidade e representações.

³⁵ Não conseguimos obter um dado preciso sobre o ano de fundação do SINVEPA, mas ao que se sabe é que sua criação é anterior a construção do Shopping Edson Diniz e das ARCCAS.

De acordo com esta entrevistada, o Sindicato dos Trabalhadores Formais e Informais do Estado da Paraíba (SINCOV), já existia há mais de 50 anos só que estava engavetado desde que foi abandonado pelos diretores da época, por esse motivo foi criado o SINVEPA por desconhecimento da existência do SINCOV.

Desse modo, o SINVEPA funcionou efetivamente como um sindicato tradicional de instrumento de luta, inclusive foi realizado ainda nesse sindicato um cadastro com o nome de todos os antigos trabalhadores de rua do Calçadão (cf.: figura 12), além de atas de reuniões, pastas com projetos de propostas discutidas entre os trabalhadores de rua, como por exemplo, um projeto para dinamizar a ARCCA Titão.

Figura 12: Registro no Sindicato dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio

TERMO DE ABERTURA

O COMÉRCIO INFORMAL DO CALÇADÃO
estabelecido ou domiciliado à CIDADE DE CAMPINA
GRANDE n.º , nesta cidade, com o negócio de
COMÉRCIO INFORMAL DOS CAMELORES
inscrito no I.N.P.S. sob n.º
registra o presente livro, n.º 1 com 50 folhas numeradas
tipograficamente de n.º 1 (.....) a 50 (.....) no
SERVIÇO DE CAMELOR
SERVIÇO DE EMPREGO DA DRT LOCAL OU ÓRGÃO AUTORIZADO
em cumprimento ao disposto nos artigos 41 e 42 da C.L.T., declarando
outrossim, que foi apresentada, na oportunidade, como prova de numera-
ção anterior, o livro N.º

Campina Grande, 17 de Novembro de 2010

(Assinatura do Empregador)

Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

A esse respeito em uma conversa informal com o representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio, ele relatou que para esse projeto sobre a ARCCA Titão, foi praticamente unânime a aceitação tanto por parte dos trabalhadores de rua que iriam ter um

local adequado para comercializar, tanto para os ambulantes dessa ARCCA, já que a partir da entrada de outros trabalhadores iria movimentar o comércio por eles praticado.

Dessa forma, foi realizado um abaixo-assinado que contou com 85 assinaturas dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio e de trabalhadores de rua da ARCCA Titão. A ideia era fazer um primeiro piso na parte traseira da ARCCA, além de padronizar os trabalhadores com coletes que pudessem identificá-los. Nas palavras dele: “Todo dia vinha os fiscais da Prefeitura e alegava que não tinha espaço, mas eu mostrei que tinha (...), isso é só falta de vontade”. (G.G.S., Masc., 33anos, Representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio)

Apesar disso após a transferência do Shopping Centro Edson Diniz e das ARCCAS os próprios integrantes foram abandonando o SINVEPA, e a luta enfraqueceu a tal ponto de terem suas atividades encerradas³⁶.

O SINVEPA foi uma entidade que realmente reivindicou muito (...). Como eu te falei que Silvino e outros realmente protestaram, botaram força que a Prefeitura estava (...), o SINCOV ele veio entrar em cena quando o SINVEPA perdeu força justamente no período em que os camelôs conseguiram o espaço no Shopping Edson Diniz (...), foi mediante muita luta, cadastro com a Prefeitura (...), sindicalizados que realmente era muito fieis, esse grupo pequeno, mas que era dos camelôs que trabalhavam na rua mesmo, eles eram muito fieis, então quando foi construído (O Shopping Edson Diniz) com Cássio Cunha Lima á época, aquela coisa toda. Construíram o Shopping e foram para o Shopping começaram a (...) se instalarem e foram abandonando aos poucos o SINVEPA (...), então o SINVEPA foi perdendo força. (...) Hoje a entidade não existe mais. (Representante do SINCOV)

Após esses acontecimentos, entra em cena o SINCOV, porém o que antes era Sindicato de camelôs e ambulantes passou a integrar uma série de outros trabalhadores, especificamente aqueles autônomos enquadrados como micro empreendedores.

(...) pessoas de lojas convidaram Silvino [então presidente]que era meu pai para fazer parte desse sindicato que existe hoje o SINCOV que representa não apenas o ambulante de meio de rua, o fixo (o camelô), o barraqueiro no meio da rua não, mas de uma categoria mais ampla, o sacoleiro, a cabeleireira, a manicure, a prestadora de serviços, então começou a abranger uma categoria bem maior. (Representante do SINCOV)

Conseqüentemente a luta dos trabalhadores de rua foi posta em segundo plano, já que o SINCOV tornou-se muito mais um aparelho burocrático (Cf.: Anexo A), na medida em que passou a atender demandas pontuais e de caráter imediato, do que instrumento de luta político e social.

³⁶Isto não significa que houve uma aceitação natural e espontânea para retirada das ruas (Cf.: Capítulo 1), mas a própria “inclusão” de alguns em detrimento da “exclusão” de outros tornou vulnerável a luta política desses trabalhadores!

O SINCOV passa assim a administrar diferentes interesses de categorias de trabalhadores já que nele estão filiados desde os trabalhadores formais até os informais, só que neste ponto, a procedência adotada pelo sindicato é de que, só poderia ajudar aqueles que querem se formalizar, através do Micro Empreendedor Individual (MEI)³⁷.

O sindicato é uma instituição realmente muito acolhedora, né? Lógico que teve toda uma questão histórica de conflitos, de zoada, de realmente coisas que foram (...) que maltratou muito (...) antes com relação à situação dos camelôs da época (...). Hoje, a gente percebe que não há essa necessidade (...) como eu te falei de fechar rua, de bloquear a rua, atrapalhar o trânsito, de queimar pneu, (...), não! A gente vê que o sindicato (...) a gente é uma instituição que tem credibilidade junto à prefeitura (...) a gente pode sentar e conversar (...) e apresentar projetos (...) formar uma comissão representando aquele grupo (...) e de forma organizada, tá lá o sindicato pra filiar a pessoa, formalizar (...) incentivar assim formalizar o que ele faz (...), que é uma atividade hoje que encaixa com o programa do Governo federal que é o Micro Empreendedor Individual (MEI) (...) então ele formaliza a atividade dele, (...) filia-se ao sindicato e a gente tem condições de dar assistência a essa pessoa. (Representante do SINCOV)

Percebemos com isso, que a conduta deste sindicato diante do trabalho de rua se enquadra numa postura de apaziguamento dos conflitos entre trabalhadores de rua com a PMCG, se mostrando cuidadosa em questões de conflito mais sérios que vão contra os interesses dos gestores municipais.

Veja só essa questão do poder público (...). A gente sente que existe uma disponibilidade (...) realmente existe (...). Existe, quando a gente busca o secretário a gente é atendido (...) vê que existe realmente o interesse, mas existe também algo mais forte que o poder do município que se refere a prefeitura que é o Ministério Público, onde realmente vem intervir no bem estar das pessoas no geral. Então quando a gente busca a prefeitura pra ver a questão especificamente dos camelôs (...) dos meninos do Calçadão, *ai vem o Ministério Público, e lógico, tá acima do poder da prefeitura (...), e diz que não que não é permitido às pessoas trabalharem nas calçadas*, mas a (...) receptividade das pessoas da prefeitura (...) a gente sempre vai a secretaria é bem recebido sim (...) a gente é recebido e tem uma resposta, (...) *mas falta mais (...), falta mais (...), falta realmente não à gente só buscar mais eles virem buscar realmente (...)* propor reuniões (...) *propor que a gente se sente, (...) que a gente sugira (...), como a gente já sugeriu. Isso por parte da prefeitura que a gente precisa disso também (...). Que é pra passar mais segurança para os próprios comerciantes. Porque se vem com proposta fica mais fácil da gente entender qual a intenção da prefeitura, qual a intenção dos atos do estado nesse sentido. Certo?* (Representante do SINCOV, grifos de autoria)

Observamos através dessa entrevista uma tendência por parte do Sindicato em reproduzir o mesmo discurso da PMCG, já que para o mesmo não teria sido a PMCG a responsável pelos processos de higienização, e sim apenas uma cumpridora das ordens oficiais do Estado.

³⁷Não esquecendo que o MEI foi uma vitória importante para muitos trabalhadores, já que representa uma forma de contribuição com a Previdência Social e garantia futura de uma aposentadoria, mas como que trabalhadores derua, que compram muitos produtos sem nota fiscal vão poder se formalizar e ainda assim continuar na rua.

Neste sentido, sob o ponto de vista político, presenciamos um esvaziamento do sindicato como instrumento de luta histórica dos trabalhadores, o que causa na prática uma maior fragmentação e despolitização de uma categoria já tão precarizada.

Cabe ressaltar que mesmo com o cenário de fragilidade política do Sindicato, a luta pelo direito desses trabalhadores não terminou, ao contrário, permanece viva e atuante. Visto a “(...) (im)possibilidade de realização na sociedade capitalista do direito para todos”, (CUNHA, 2007, p.24) estes personagens urbanos reivindicam o direito ao trabalho digno aos pedaços da cidade.

No caso aqui o Capitólio eles [PMCG] podiam derrubar aí e construir pra gente aí(...). Cadastrava todo mundo e abrigava todos os que estão aqui hoje, porque do jeito que tá aqui, a gente parece um bando de sem teto que não tem pra onde ir, só que canto tem, falta só a gente correr atrás disso, junto aos órgãos competentes. (L.G., Masc., 57 anos).

Para estes trabalhadores a política urbana de Campina Grande deveria levar em conta os interesses da população, de forma que pudessem ser criados canais mais participativos entre estes e os responsáveis pela gestão municipal. Além é claro, de atentar para as demandas do comércio de rua.

Não, resolve o problema, [o local adequado], acho que não (...) porque sempre vai aparecer mais ambulante, mas isso não justifica o fato dos governantes não olharem para nós, é certo que não vai resolver mais com certeza vai nos ajudar. Eles não faz questão de pelo menos saber o que a gente pensa, pelo o quê a gente luta (...), só nos ignora ou reprime (...), nós somos cidadãos como qualquer um e também temos nossos direitos, somos pessoas dignas apesar da sociedade não pensar assim! (J.P., Masc., 40 anos).

Há um reconhecimento por parte destes trabalhadores, que a simples transferência para um local adequado não elimina o comércio de rua em Campina Grande, já que como relatado anteriormente esse comércio é histórico, porém cabe ao poder público municipal intervir nessa problemática de forma planejada e não com repressão ou higienização!

Acho que o local seria bom, eu ficaria satisfeito (...) mais não resolveria todos os problemas porque sempre vai aparecer mais ambulante e isso tem que ser administrado. (E.P.L., Masc., 32 anos).

Os problemas, dá pra resolver em parte com o local apropriado, mas ambulante mesmo nunca vai deixar de existir, por isso além do local precisa de organização e planejamento por parte da prefeitura. (A.M., Masc., 22 anos).

Percebemos ainda que a luta pelo direito ao trabalho, aciona a luta por outros direitos, que diz respeito aos direitos sociais, como saúde e educação que constitui enquanto responsabilidade do Estado:

Se eles [a PMCG] quiserem fazer o local pra gente trabalhar, mas é perdido entra político e saí político e a situação só piorando. Meu sonho era ver um político desses precisando recorrer ao que a gente recorre quando ta precisando, bastava um! Quando precisasse de hospital fosse pra um público, desses que é bem cheio e dão dipirona a gente quando ta morrendo, com as escolas fosse do mesmo jeito, queria era ver um filho de um desses grandões lá dentro, ninguém ia aguentar um dia se quer, mas pra pobre qualquer coisa serve e a gente ta tão acostumado que nem liga mais, não luta, não vai atrás (...) por aí você ver, e ainda querem que o Brasil vá pra frente! (L.C.M., Masc., 62 anos).

Analisadas sobre esses moldes a luta pelo direito à cidade, constitui uma bandeira essencial não apenas para essa categoria de trabalhadores, mas para os diferentes movimentos e lutas sociais que integram a classe trabalhadora, de tal forma a ser considerada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma pauta a ser defendida de forma intransigente na perspectiva dos direitos humanos:

O direito à cidade abrange diferentes lutas históricas porque pensar o acesso a cidade significa a efetivação na vida cotidiana, dentre outros, do direito ao trabalho; à seguridade social pública; à educação; à cultura; ao lazer; à segurança pública; à informação e à participação política. Significa, ainda, viver com direito à diversidade em relação à liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero; à questão étnico-racial e ao respeito geracional. (CFESS, 2010)

Em razão disso, tanto o CFESS quanto os profissionais que atuam junto a ele, no caso o Assistente Social, possui um papel importante na junção de forças com a classe trabalhadora e especificamente com a categoria dos trabalhadores de rua, para que juntos possam se desprender das imposições do capital e da ideologia dominante.

Desse modo, essa junção de forças representa o compromisso da categoria de Serviço Social, expressa através do CFESS, com a construção daquilo que Lefebvre chama de “rebelião do vivido”, que diz respeito, a importância do cotidiano e da práxis para enfrentar a racionalidade capitalista (LEFEBVRE *apud* URIARTE,2012).

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Campina Grande, assim como outras cidades do Brasil, experimentou nos anos de 1990 um processo de mudança no seu planejamento urbano, cujo véis estratégico sinalizava para a imposição de um modelo de cidade construído pela articulação entre Estado e interesses econômicos privados, denominado de “planejamento mercadófilo” (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

Apesar desse modelo não ser recente, verificamos que localmente tem sido acentuado os contornos de mercados na gestão urbana, especialmente ao que diz respeito à continuidade do processo de higienização social, iniciada quando da execução do projeto Campina Grande Déco. Podemos também perceber esse mesmo processo através da determinação judicial do ano de 2009, expedido pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande que propunha a retirada do trabalhador de rua do Calçadão no qual não obteve êxito já que os mesmos voltaram a ocupar este espaço. Já no ano de 2012 observamos o retorno dessa determinação que expulsou esses mesmos trabalhadores, os quais até o momento se encontram no Capitólio, em 2013 com a proibição do trabalho informal nas ruas Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto e agora em 2014 com a expulsão dos trabalhadores de rua desprovidos de cadastros na rua João Pessoa.

Visto sob esta ótica, o processo de higienização não é utilizado apenas sob o discurso da remoção das barreiras (físicas e humanas) que impedem o fluxo de pedestres nas calçadas, nem se manifesta de forma neutra, pois envolve questões políticas e sociais, uma vez que impera na cidade uma lógica estrategicamente excludente, que visa eliminar a pobreza do cenário urbano como forma de torná-la invisível.

Avaliamos que o processo de limpeza social dos personagens urbanos se concretiza pela negação da historicidade do trabalho de rua, e que como tal não teria lugar e espaço na cidade, de tal forma que são desconsiderados e irreconhecíveis pela categoria de trabalhadores.

Inclusive os equipamentos construídos para realocarem os trabalhadores de rua (Shopping Edson Diniz e as ARCCAS) foram funcionais para a PMCG não apenas por remover parte desses trabalhadores do centro da cidade, mas como também ocasionou uma desmobilização e despolitização dos mesmos, de tal maneira que um dos sindicatos que representavam essa categoria (SINVEPA) entrou em declínio e encerrou suas atividades.

Percebemos também, que a trajetória de vida desses trabalhadores está associada a precarização, desemprego, e a baixa escolarização, vivem portanto, a margem da política

pública, em um cenário de medos e incertezas, pois ao que nos parece a vulnerabilidade social é uma característica do trabalho de rua.

Um aspecto relevante quando da construção do perfil dos trabalhadores de rua foram as diferenciações construídas pelos sujeitos da pesquisa que denotam os conflitos e as disputas pelo território, mesmo que de forma não declarada, de modo tal que os que se denominam camelôs ou ambulantes, não se percebem como integrantes de uma mesma luta.

Em outras palavras, avaliamos essas denominações sob dois aspectos: o primeiro diz respeito ao acionamento de um discurso tático que pretende separar grupos de uma mesma categoria a fim de viabilizar a permanência no espaço ocupado, ou seja, em termo de disputa pelo território; o segundo complementa o primeiro, pois se refere ao modo como este discurso é colocado na prática, isto é, a dinâmica de organização dos camelôs e ambulantes no Capitólio. Porém apesar desse discurso, consideramos os trabalhadores como pertencentes a uma mesma categoria, na medida em que, passam pelos mesmos processos de exclusão social.

Constatamos que, apesar desse contexto de tentativa de eliminação das práticas do trabalho de rua, os personagens urbanos conseguem produzir no espaço da cidade práticas inovadoras e criativas como forma de transitar na contra mãos dos processos disciplinadores do espaço.

Estas práticas são aqui percebidas como contrausos. Sinteticamente elencamos alguns desses contrausos utilizados pelos trabalhadores de rua do Capitólio:

- A apropriação de um lugar estratégico, o Capitólio, localizado na parte mais central da cidade, que daria visibilidade ao comércio praticado por eles, tanto do ponto de vista econômico, quanto social;
- A organização ao redor da parede do Capitólio burlando com isso o discurso que estariam impedindo o fluxo de pedestres nas calçadas;
- O discurso de valorização da praça e suposta diminuição da vulnerabilidade e de situações de ilicitudes, a exemplo de pequenos furtos e violências praticadas neste equipamento, desse modo, o que a PMCG não conseguiu fazer as práticas do comércio de rua haveria proporcionado;
- Escolha de um espaço que estava abandonado reivindicando-o como local ideal para a melhor utilização do mesmo através da construção de um comércio popular, luta esta levantada através da bandeira do direito ao trabalho digno.

Dessa forma os contrausos são utilizados, como uma maneira particular de subverter os usos esperados do espaço, a seu favor, conferidos através das táticas e burlas. Neste entender a apropriação do Capitólio seria uma questão legítima levantada pelos trabalhadores